



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
 MINISTÉRIO PÚBLICO

**PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO  
 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CURSO SUPERIOR – ENGENHARIA QUÍMICA**

**EDITAL Nº 001/2026 – Porto Alegre**

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DA **PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE PORTO ALEGRE**, responsável pelo processo seletivo, da no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Provimento nº 66/2011-PGJ-RS, e com base no Regulamento do Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, **RESOLVE:**

**TORNAR PÚBLICO** que estarão abertas as inscrições para o processo seletivo de estagiários de nível superior do curso de **ENGENHARIA QUÍMICA** para atuarem junto à **Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto alegre**.

**1. DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PREVISTO**

<b>Cronograma de Atividades</b>	<b>Datas Previstas</b>
Período de inscrições	02/03/2026 a 25/03/2026
Publicação da homologação das inscrições e divulgação do local de realização da prova e entrevista	27/03/2026
Entrevista e prova	06/04/2026 às 14:00h
Publicação do resultado e da classificação final	08/04/2026

1.1 Todas as instruções e avisos relativos ao presente processo seletivo serão divulgados por meio de Edital no *site* do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ([www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)), espaço de concursos, e na entrada do prédio sede da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, localizada na Rua Santana, nº 440, prédio A – 7º andar, Bairro Farroupilha, em Porto Alegre/RS.

1.2 As datas constantes no cronograma de atividades poderão ser modificadas mediante prévio aviso, por meio de Edital, disponibilizado no endereço mencionado no item anterior.

**2. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO**

2.1 Poderão participar do presente Processo Seletivo somente os alunos devidamente matriculados no curso de **Engenharia Química**, cursando, no mínimo, o 5º semestre, de instituições de ensino devidamente conveniadas com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

2.1.1 A relação completa das instituições de ensino conveniadas encontra-se disponível no local de inscrições e no sítio do Ministério Público na internet ([www.mp.rs.gov.br/estagios](http://www.mp.rs.gov.br/estagios)).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

2.2 O candidato deverá estar devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, bem como possuir, no mínimo, 16 (dezesesseis) anos de idade e **estar cursando, no mínimo, o 5º semestre do curso de Engenharia Química.**

### 3. DAS VAGAS

3.1 Este Processo Seletivo destina-se ao preenchimento de 01 vaga para o turno da tarde junto à Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, bem como à formação de cadastro de reserva para vagas que venham a surgir na vigência deste Processo Seletivo.

3.2 A carga horária do estágio é de 30 (trinta) horas semanais a ser cumprida no turno da tarde.

3.3 O valor a ser pago a título de bolsa-auxílio, por hora efetivamente comprovada, é de R\$ 76,05 (setenta e seis reais e cinco centavos), acrescido de auxílio-alimentação, à razão de R\$16,02 (dezesesseis reais e dois centavos) e auxílio-transporte, à razão de R\$ 10,000 (dez reais), ambos por dia de efetivo exercício do estágio, a serem pagos juntamente com a bolsa-auxílio do período.

### 4. DA INSCRIÇÃO

4.1 As inscrições ao processo seletivo estarão abertas no período de 02/03/2026 a 25/03/2026, e **serão realizadas, exclusivamente, através do envio de e-mail à Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, através do seguinte endereço eletrônico: [piconsumidorpoa@mprs.mp.br](mailto:piconsumidorpoa@mprs.mp.br) no horário das 12:00h às 19:00h, no qual deverão constar, anexadas, as seguintes cópias de documentos:**

4.1.1 - **cópia do documento oficial de identidade com foto.**

4.1.2 – **Currículo (se tiver).**

4.2 Serão aceitas inscrições por procuração (enviar cópia da mesma), sem a necessidade de reconhecimento de firma, assumindo o candidato total responsabilidade pelas informações prestadas pelo seu procurador.

4.3 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização da prova deverá declará-lo no Formulário Padrão de Inscrição (ver item 4.4), no espaço reservado para esse fim, para que sejam tomadas as providências necessárias com antecedência.

4.4 O **Formulário Padrão de Inscrição** será encaminhado, via e-mail, aos candidatos que remeteram os documentos para inscrição, e deverá ser **preenchido e entregue no dia da redação/entrevista.**

4.5 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico (e-mail) e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários.

4.6 A inscrição implicará conhecimento das normas regentes do presente certame e aceitação das regras e condições de sua realização.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

## 5. DA SELEÇÃO

5.1 O processo seletivo será realizado presencialmente na data constante no Cronograma de Atividades a todos os candidatos que tenham suas inscrições homologadas.

5.2 O processo seletivo será composto de entrevista pessoal e redação sobre o tema **SEGURANÇA ALIMENTAR** com no máximo 30 linhas.

5.3 A redação terá valor de 70 pontos e a entrevista pessoal 30 pontos.

5.3 Os candidatos deverão comparecer no seguinte endereço: **Rua Santana, n. 440, prédio A – 7º andar, Porto Alegre/RS**, sede da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor no dia da entrevista/redação (**06/04/2024 às 14:00 horas**).

5.4 Os candidatos deverão apresentar-se portando o **Formulário Padrão de Inscrição** devidamente preenchido e documento oficial de identidade com foto.

5.5 As entrevistas serão individuais, após o término da redação.

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO E DO RESULTADO

6.1 Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem aproveitamento igual ou superior a 50% (cinquenta por cento).

6.2 A classificação será efetuada por ordem decrescente de aproveitamento.

6.3 Em caso de empate na classificação, terá preferência o candidato de maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.

6.4 O resultado final do processo seletivo será divulgado no site do Ministério Público do RS ([www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)) na página de concursos.

## 7. DA CONVOCAÇÃO

7.1 A convocação será realizada por meio do telefone celular ou e-mail informado pelo candidato no momento da inscrição, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação.

7.2 **O candidato convocado deverá informar nos 5 (cinco) dias subsequentes à data de encaminhamento do e-mail de convocação** o seu interesse pela vaga. Após transcorrido esse prazo, o candidato será considerado desistente do processo seletivo.

7.3 No caso do candidato convocado não atender ao disposto no item anterior ou, se atender, recusar a vaga, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.

7.4 **É responsabilidade do candidato comunicar, por meio escrito, a alteração do endereço eletrônico (e-mail) e fone, sob pena de desclassificação do processo seletivo decorrente do não atendimento à convocação formulada.**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

## **8. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO**

8.1 Para investidura no Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o candidato deverá:

- 8.1.1 estar regularmente matriculado em instituição de ensino credenciada pelo Ministério Público;
- 8.1.2 possuir idade mínima de 16 (dezesesseis) anos completos;
- 8.1.3 apresentar certidão negativa criminal da Justiça Comum Estadual e Federal, quando maior de 18 (dezoito) anos;
- 8.1.4 comprovar, por meio de atestado médico, a aptidão para o desempenho do estágio, conforme determina o art. 16 da Resolução nº 42 do CNMP;
- 8.1.5 não ter esgotado o tempo máximo de estágio no âmbito do Ministério Público, no caso da readmissão de estudante;
- 8.1.6 não estar exercendo atividades relacionadas com o curso de advocacia e com funções judiciárias e policiais, bem como atividades de juiz leigo e de conciliador dos Juizados Especiais;
- 8.1.7 inexistir impedimento por parte da instituição de ensino à prática do estágio curricular.

## **9. VEDAÇÕES**

É vedada ao estagiário a realização de estágio sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Ministério Público ou a servidor investido em cargo de assessoramento, chefia e direção que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, inclusive.

## **10. DA CONTRATAÇÃO**

10.1 A aprovação não gera direito à contratação do candidato, podendo ser realizada, ou não, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade, a critério do responsável pelo processo seletivo, observada sempre a disponibilidade de vaga.

10.2 A contratação, sem vínculo empregatício, dar-se-á com a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, firmado entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o estagiário e a instituição de ensino conveniada.

10.3 Documentos a serem apresentados para o ingresso no Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul:

- 10.3.1 Formulário Cadastral, nos termos do modelo constante no ANEXO III do Provimento nº72/2009-PGJ-RS;
- 10.3.2 atestados de matrícula e semestralidade, originais e atualizados, fornecidos pela instituição de ensino;
- 10.3.3 documento original fornecido pela instituição de ensino, informando a relação das disciplinas matriculadas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

10.3.4 Formulário de Declaração de Conta-corrente no Banrisul, nos termos do modelo apresentado no ANEXO IV do Provimento nº72/2009-PGJ-RS;

10.3.5 certidão negativa criminal da Justiça Comum Estadual e Federal, para estudante maior de 18 (dezoito) anos;

10.3.6 fotocópia do documento oficial de identidade;

10.3.7 fotocópia do CPF;

10.3.8 Formulário de Declaração de Bens, nos termos do modelo constante no ANEXO V do Provimento nº72/2009-PGJ-RS;

10.3.9 atestado médico que comprove a aptidão para a realização do estágio;

10.3.10 uma (01) foto 3x4 recente;

10.3.11 fotocópia do documento oficial de identidade do responsável legal, para estudante menor de 18 (dezoito) anos.

10.4 Os documentos referidos nos itens “10.3.1”, “10.3.2”, “10.3.3”, “10.3.4”, “10.3.5”, “10.3.8” e “10.3.9” somente serão aceitos se originais, sendo vedada a apresentação de documentos emitidos pela Internet, salvo aqueles que possuam código de autenticidade eletrônica.

10.5 Os documentos mencionados nos itens “10.3.1”, “10.3.4” e “10.3.8” deverão ser firmados pelo responsável legal do estudante menor de 18 (dezoito) anos, cuja identificação será comprovada por meio do documento solicitado no item “10.3.11”.

10.6 Os formulários citados no item 10.3 serão fornecidos pelo responsável pelo processo seletivo no momento da contratação.

10.7 A não apresentação de qualquer um dos documentos relacionados no item 10.3, a incompatibilidade destes com as informações prestadas no Formulário Padrão de Inscrição ou o não cumprimento dos requisitos previstos no item 9.1, levará a eliminação do candidato do processo seletivo.

10.8 Será considerado desistente o candidato convocado que não apresentar os documentos mencionados no item 10.3 no prazo de 15 (quinze) dias da manifestação do interesse pela vaga.

10.9 Transcorrido o prazo estabelecido no item anterior, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.

## **11. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO**

11.1 Este processo seletivo terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de divulgação do resultado final.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as instruções, convocações e avisos relativos ao presente processo seletivo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

12.2 A aprovação e a classificação nesse processo seletivo geram para o candidato apenas expectativa de direito à contratação.

12.3 Os casos omissos serão dirimidos com a apresentação de requerimento escrito dirigido ao responsável pelo processo seletivo.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2026.

**Alcindo Luz Bastos da Silva Filho**  
Promotor de Justiça Diretor  
Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor  
Responsável pelo Processo Seletivo.

**PUBLICADO EM 27/02/2026**